

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1046 - 23/10/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

ESTUDANTES PROMOVEM ATO DE DESOCUPAÇÃO AO PRÉDIO VELHO

Aconteceu na última terça-feira dia 17/10 o Ato de Desocupação do Prédio Velho, que começou na Prairinha, com destino a FUNDASP. Nesse ato foi entregue a nota de desocupação à instituição para devidas providências. Uma comissão de estudantes com um membro de cada curso para representar todos que participaram da ocupação e do movimento, levou a nota até o prédio da FUNDASP. O ato que começou às 16h continuou pela noite para levar aos alunos do período noturno as informações. A ocupação começou porque, diferentemente da resolução do Consun, o Consad deliberou pela não abertura da turma noturna de Ciências Sociais. A ocupação teve apoio dos cursos de Mídias, Psicologia, História, Serviço Social, Artes do Corpo, FEA, Direito, Filosofia, Pedagogia, Relações Internacionais, Jornalismo e Letras.

Os estudantes conseguiram que a reitoria mudasse o seu voto possibilitando a abertura da turma de Ciências Sociais. O movimento também propôs que os alunos, funcionários ou docen-



A PUC-SP se vestiu de rosa

Mais uma vez funcionários e professores da PUC-SP fizeram sua manifestação alegre e irreverente para lembrar à comunidade a importância da prevenção do câncer de mama. Na página 2 veja mais alguns momentos do evento.

tes que participaram da ocupação não serão criminalizados e uma proposta para 2018 com novo plano de refeições para bolsistas Prounistas e Fundasp, estendendo também o benefício a alunos bolsistas FIES.

Uma vez que o diálogo

foi aberto entre a Fundação e o Movimento Estudantil, o Prédio Velho foi desocupado para que as propostas sigam em negociação, e os alunos declararam na nota que entendem como avanço a disposição ao diálogo da reitoria e a

reabertura do vestibular noturno para o curso de Ciências Sociais. Os estudantes continuam exigindo a abertura de um processo de sindicância visando a expulsão do aluno denunciado por racismo no curso de Economia.

**ABAIXO O GOVERNO TEMER!
DERRUBAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
REVOGAR A REFORMA TRABALHISTA
E A TERCEIRIZAÇÃO!
RETOMAR A GREVE GERAL!**

FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!
**Associe-se
à AFAPUC**

Outubro Rosa marca a luta contra o câncer de mama

Nos vários campi da PUC-SP a participação de professores e funcionários foi marcante. Nesta página destacamos as atividades no câmpus Monte Alegre, Marquês de Paranaguá, Cogea e Sorocaba



PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Ana Amoroso, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial : Maria Beatriz Abramides, João B.Teixeira, Jason Tadeu Borba , Victoria C. Weischardt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br

– **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Debates e homenagem encerram o Seminário 100 Anos de Revolução Russa

Terminou na semana passada o Seminário Internacional 100 anos de Revolução Russa. O evento realizado pelo Pós em História, Núcleo de Estudos de História: Trabalho Ideologia e Poder (NEHTIPO), a Editora Boitempo e a Associação dos Professores (APROPUC) reuniu professores e intelectuais durante duas semanas para discutir o legado da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia.

Os debates finais, a exemplo dos anteriores, tiveram uma expressiva participação tanto da comunidade como do público externo à universidade.

Ao final os organizadores prestaram uma justa homenagem ao professor Antonio Rago, um dos idealizadores do evento. Transcrevemos nesta página o texto da homenagem.

As comemorações do centenário da Revolução Russa continuaram no domingo 22/10 com a realização do Ato Político 100 anos de Revolução Russa, organizado pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Na próxima semana a APROPUC também estará dando sequência aos debates de seu ciclo de comemorações.



LUCAS FONTOURA



Alguns momentos da semana de encerramento do Seminário Internacional: acima à esquerda a mesa sobre Anarquismo e Revolução, à direita Os Intelectuais e a Revolução Russa, ao lado imagens do mini curso Arte Literatura e Revolução, acima a mesa que debateu também Arte e Revolução

Homenagem ao professor Antonio Rago

Há um aforismo de Goethe que diz que um bom professor ensina a cultura sabendo dosar a emoção de fazer sorrir e de fazer chorar. Inauguramos este seminário com a triste notícia da morte de nosso grande filósofo István Mészáros. E fizemos uma merecida homenagem a este grande pensador. Mas a homenagem de agora é a outro grande intelectual, este professor que nos faz sorrir e chorar, que plasma em nós o melhor do gênero humano, um homem do novo mundo. Nele está o melhor do homem do Re-

nascimento, aquele indivíduo das múltiplas capacidades artísticas e humanas. Este nosso homenageado não é, contudo, um homem do passado, apesar de nosso apreço ao homem do Renascimento. Ele é um homem que está aqui hoje presente conosco, mas é um homem do futuro, que nos faz ter a certeza da possibilidade concreta da emancipação humana.

Este nosso mestre "magistral" tem uma capacidade ímpar de unir a diversidade, extraindo o melhor de todos, articulando com as diferenças, assumindo na

alma as causas mais nobres, vivenciando-as não somente na teoria, mas na prática, na vida cotidiana. A generosidade deste nosso mestre é tão magnânima que até mesmo na barriga de sua mãe dividiu espaço com sua irmã gêmea.

Este seminário é obra deste grande homem que é o Rago. Esta é nossa homenagem escrita com o sentimento que mais transborda no próprio Rago: o amor.

Homenagem realizada no encerramento do evento pela Comissão organizadora.

30/10

19h15

sala 239

100 ANOS DE REVOLUÇÃO RUSSA

Pragmáticas da Revolução
de 1917 Hoje

Realização APROPUC

GAUCHE NA VIDA

Governo atende a pedido de ruralistas e dificulta libertação de escravos

Leonardo Sakamoto

O ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira atendeu a um antigo pedido da bancada ruralista no Congresso Nacional e reduziu o conceito de trabalho escravo, dificultando a libertação de pessoas. Uma portaria com a mudança foi publicada no dia 16 de outubro, em meio às negociações de Michel Temer para que a Câmara dos Deputados rejeite a segunda denúncia enviada pela Procuradoria-Geral da República contra ele.

Sob a justificativa de regulamentar a concessão de seguro-desemprego aos resgatados do trabalho escravo, benefício que lhes é garantido desde 2003, uma nova interpretação para os elementos que caracterizam a escravidão e que, portanto, norteiam a ação das operações de fiscalização foi publicada.

Hoje, quatro elementos podem definir escravidão contemporânea: trabalho forçado (que envolve cerceamento do direito de ir e vir), servidão por dívida (um cativo atrelado a dívidas muitas vezes fraudulentas), condições degradantes (trabalho que nega a dignidade humana, colocando em risco a saúde e a vida) ou jornada exaustiva (levar o trabalhador ao completo esgotamento dado à intensidade da exploração, também colocando em risco sua saúde e vida).

A nova portaria estabelece o cerceamento de liberdade como condicionante para a caracterização de "condições degradantes" e de "jornada exaustiva", ao contrá-

rio do que está no artigo 149 do Código Penal. Segundo essa lei, qualquer um dos quatro elementos separadamente é suficiente para caracterizar a exploração.

Dessa forma, as condições de trabalho a que estão submetidas as vítimas, por piores que sejam, passam a ser acessórias para determinar o que é trabalho análogo ao de escravo pelos auditores fiscais e a concessão de seguro-desemprego aos resgatados. O Poder Executivo, com uma portaria, atuou como Poder Legislativo.

Os críticos ao conceito previsto no artigo 149 do Código Penal afirmam é difícil caracterizar "condições degradantes" e "jornada exaustiva", o que geraria "insegurança jurídica". Mas há instruções e enunciados produzidos pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho, além de jurisprudência e decisões do próprio Supremo Tribunal Federal. Ironicamente, uma tentativa de incluir a explicação desses dois elementos em lei, sugerida em relatório pelo senador Paulo Paim (PT-RS), foi abortada pela bancada ruralista.

A mudança realizada é inconstitucional. A procuradora-geral da República Raquel Dodge criticou a portaria em audiência com o ministro do Trabalho. Segundo ela, "ao adotar um conceito de trabalho escravo restrito à proteção da liberdade e não da dignidade humana, a portaria fere a Constituição".

A nova portaria também reforça a questão do não consentimento do trabalhador para a caracterização de

trabalho forçado. Hoje, em consonância com as Nações Unidas, as operações de resgate de pessoas têm considerado o consentimento irrelevante para a caracterização. Dessa forma, mesmo que uma pessoa aceite uma proposta de trabalhar só por comida, o Estado tem a obrigação de considerar tal ato como escravidão contemporânea.

A medida também condiciona a inclusão de nomes à "lista suja" do trabalho escravo, cadastro de empregadores flagrados por esse crime que garante transparência ao combate à escravidão, a uma determinação do próprio ministro. Ou seja, a divulgação pode deixar de ter um caráter técnico e passar a contar com uma decisão política.

As novas regras afirmam que, para serem válidos para levarem um empregador à lista, os autos de infração relacionados a um flagrante de trabalho escravo passam a depender da presença de um boletim de ocorrência lavrado por uma autoridade policial que tenha participado da fiscalização. Dessa forma, a palavra final sobre a existência de trabalho escravo pode sair das mãos de auditores fiscais, especialistas no tema, e passar para a dos policiais.

Em abril do ano passado, a Organização das Nações Unidas defendeu a manutenção do atual conceito de trabalho escravo vigente no Brasil. Um documento assinado por várias agências da ONU destacou avanços significativos do país, lembrando que ele é referência internacional no combate a

esse crime.

"Em 2003, o país atualizou sua legislação criminal, introduzindo um conceito moderno de trabalho escravo, alinhado com as manifestações contemporâneas do problema, que envolve não só a restrição de liberdade e a servidão por dívidas, mas também outras violações da dignidade da pessoa humana", afirmou. "Esse conceito, tido pela Organização Internacional do Trabalho como uma referência legislativa para o tema, está em consonância com suas Convenções", concluiu.

O texto alertou sobre tentativas que visavam a mudar o conceito: "Situações em que trabalhadores são submetidos a condições degradantes ou jornadas exaustivas, maculando frontalmente sua dignidade, ficariam impunes caso essa alteração legislativa seja aprovada". A portaria surgiu menos de uma semana após a exoneração do coordenador nacional de fiscalização do trabalho escravo do próprio ministério, André Roston. Sua dispensa causou polêmica porque a mudança teria partido da base de apoio do governo no Congresso Nacional em meio às negociações para que não seja admitida a segunda denúncia contra Temer. Em depoimento ao Senado Federal, Roston havia informado que as operações de fiscalização de trabalho escravo estavam sem recursos financeiros.

Leonardo Sakamoto é jornalista, cientista político e professor do Depto. de Jornalismo da PUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS

Centrais convocam dia de defesa dos direitos

O dia 10/11 deverá ser marcado por protestos, convocados por centrais sindicais, contra a perda dos direitos a que vem se subtendo a classe trabalhadora. A Conlutas reuniu em seu 3º congresso cerca de 2 mil delegadas e delegados e decidiu, de forma unânime, reafirmar a adesão ao Dia Nacional em Defesa dos Direitos convocado para o dia 10/11.

A Conlutas orienta que

todas as entidades e movimentos filiados joguem todas as forças à construção desta data com o objetivo de buscar a realização de uma nova Greve Geral no país. A orientação é para que se busque reproduzir em cada estado, região, município, território e bairros a realização de plenárias unitárias, a partir das organizações do "Movimento Brasil Metalúrgico", buscando incor-

porar as Centrais Sindicais, Federações, Confederações e Sindicatos e o maior número possível de organizações para preparação do dia 10/11.

PROFESSORES RS

Por outro lado a greve dos professores gaúchos continua, apesar das perseguições que os professores veem sofrendo diariamente e da intransigência do governo.

D. Odilo defende utilização da ração para pobres nas escolas

Na terça-feira, 17/10, o prefeito de São Paulo João Dória Jr. defendeu, ao lado de D. Odilo Scherer, a distribuição da ração conhecida como "farinata" aos pobres. A farinata é produto, em pó ou granulado, extraído a partir do processamento de alimentos próximos da data de vencimento e que seriam descartados pela indústria. Em entrevista D. Odilo declarou que "o pobre tem fome. Hábito alimentar é para quem tem disponibilidade de alimento e pode se dar ao luxo de ter uma alimentação regular, refeições regulares, alimentação. Pobre não tem isso".

Mas o que vem causando revolta na comunidade puquiense é que a Plataforma Sinergia, porta-voz do programa de alimentação com farinata, estampa, entre seus colaboradores o brasão da PUC-SP.

Na noite de 19/10, manifestantes fecharam a Avenida Paulista protestando contra a adoção da ração nas escolas municipais.

REPÚDIO DA APROPUC

A APROPUC repudia mais este ataque à dignidade humana promovido por um governo que só se presta a atender aos interesses de empresários. Por outro lado a entidade levanta o seu mais veemente protesto contra as declarações do cardeal D. Odilo Scherer que diferentemente dos setores progressistas da Igreja, batalladores dos Direitos Humanos, adota posturas extremamente retrógradas, usando inclusive para isso o nome da PUC-SP

MST organiza ocupações no Outubro Vermelho

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizaram na semana passada uma série de ocupações por todo o país, para protestar contra cortes do governo Temer nas políticas da reforma agrária. As ações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas de Outubro, iniciada ainda na segunda-feira, 16/10, para marcar o Dia Mundial da Alimentação Saudável e pela Soberania Alimentar.

Em pelo menos nove estados e no Distrito Federal, manifestantes ocupam sedes do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e outros órgãos ligados a políticas agrárias. Fazendas improdutivas também foram ocupadas, na Bahia, Mato Grosso e Goiás.

Em São Paulo, cerca de 400 famílias de trabalhadores rurais ocuparam a sede do Incra, em Santa Cecília, região central da cidade. Outras 300 ocupam a sede do instituto em Belo Horizonte. Em Brasília, segundo o MST, são aproximadamente mil manifestantes no Ministério do Planejamento.

Por outro lado o Move-

mento dos Trabalhadores Sem Teto continua suas ocupações pelo estado de São Paulo, como a Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo.

A Comissão Organizadora do movimento emitiu uma nota de esclarecimento onde declara que a Ocupação Povo Sem Medo é "muito além de um acampamento de trabalhadores e trabalhadoras sem teto. Desde o início se mostra como um espaço de luta por direitos e que representa a resistência de todo um país que sofre com ataques diários e perda de direitos sociais".

Ação contra quilombolas é novamente adiada

A discussão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, proposta pelo Partido dos Democratas (DEM), que questiona a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003 que quer regulamentar a titulação dos quilombos, foi adiada em razão da ausência do ministro Dias Tofoli. A ADI representa um dos maiores retrocessos na regulamentação de terras qui-

lombolas que foram asseguradas pelo decreto de 2003, do então presidente Lula.

Por outro lado, os quilombolas obtiveram uma vitória no julgamento da ADI 4269, que trata-se da regularização fundiária de terras da União ocupadas na Amazônia Legal. Proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR), a ação argumenta que a lei que instituiu o Programa Ter-

ra Legal ameaçava a oficialização dos quilombos. Os ministros decidiram que a União não pode regularizar em favor de terceiros as áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais.

Entidades ligadas aos quilombolas lançaram uma petição online em favor de sua causa que pode ser acessada em <https://peticoes.socioambiental.org/nenhum-quilombo-a-menos>.

ROLA NA RAMPA

Um ato em defesa de Paulo Freire

Na terça-feira, 23/10, às 10hs, na sala 239, acontece um ato em defesa do professor Paulo Freire como patrono da educação brasileira. Uma estudante defensora do famigerado Escola Sem Partido enviou proposta legislativa que pede a revogação da Lei 12.612, que concede o título a Freire. O ato é organizado pelo Coletivo "Paulo Freire - Por uma Educação Democrática", que lançou também um manifesto na Internet que já conta com assinaturas de cidadãos brasilei-

ros e de países da África Lusófona e de Portugal, e o apoio de educadores como Lisete Arelaro (USP), Vitor Henrique Paro (USP) e Jaqueline Moll (UFRGS). Para os proponentes, ceder a "tamanho acinte" é impor a Freire e à sua obra uma espécie de segundo exílio, tão violento quanto o primeiro sofrido pelo educador de 1964 a 1980, e levado a cabo pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Para aderir ao manifesto envie um e-mail para paulofreirepatrono@gmail.com.

AFAPUC reúne-se com Comissão de Alimentação

No dia 16/10 a diretoria da AFAPUC reuniu-se com a Comissão de Alimentação para tratar das inúmeras reclamações recebidas sobre o refeitório localizado no 5ª andar do Prédio Novo, no campus Monte Alegre. Foi esclarecido que muitas das reivindicações já foram sanadas pela comissão, ou-

tras já foram identificadas e que as providências estão sendo tomadas. A AFAPUC continuará acompanhando o trabalho da Comissão e solicita que os funcionários que tiverem algum problema encaminhem por e-mail para afapuc@gmail.com ou comissaodealimentacao@puensp.br

Professores lançam novos livros

O Programa de Pós em Economia Política e o departamento de Economia estarão realizando o lançamento do livro Economia Industrial, da professora Anita Kon, no dia 23/10 na sala 134-C, às 19h. Na oportunidade acontecerá um debate com os professores

Antonio Carlos Lacerda, Rubens Sawaya e Anita Kon. Edmilson Felipe, professor de Antropologia da faculdade de Ciências Sociais também está lançando mais um livro de poemas, "Almanaque da Carne" é o título do novo livro editado pela Editora Patuá

Alunos fazem interpretação gratuita de evento

Os alunos da última turma do curso sequencial de intérprete da Faficla fizeram gratuitamente interpretação simultânea do inglês para o portu-

guês de um evento do curso. O curso foi fechado neste ano, mas mesmo assim os alunos se dispuseram a fazer a interpretação.



Filhos de funcionários participam do Dia da Criança

A PUC-SP organizou um movimentado dia das crianças que contou com uma programação variada

e divertida. Na foto acima uma contadora de histórias se apresenta para as crianças.

Na PUC-SP acontece a 39ª semana de Jornalismo

Entre os dias 23 e 27/10 será realizada a 39ª edição da Semana de Jornalismo, organizada pelo curso de Jornalismo. Neste ano o evento enfoca a América Latina. Entre os temas a serem debatidos durante a semana destacam-se A Onda Conservadora na América Latina, Jornalismo Social: A Questão Indígena na América Latina, Por trás da moda: o trabalho

escravo nas indústrias têxteis, Jornalismo Literário na América Latina, Avanços das iniciativas feministas latino-americanas, Futebol, Cultura e Fanatismo na América Latina, Fotografia Independente na América Latina, e Jornalismo Investigativo. A programação completa pode ser encontrada na página <https://www.facebook.com/events/1794314477525608/>

Novos integrantes da Cipa tomam posse

No dia 6/10 foi eleita a nova direção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. A nova direção é composta por José Luiz Ferreira, Roberto Felipe Reis, Vanessa Teles

dos Santos, Joel Corsini, Dirson do Nascimento, Jéssica Leite, Claudio de Oliveira, Mirian Coelho, Sandra Barbosa, Sandra Silva, Oscar Jacob e Gabriel de Azevedo.